



**Ata da reunião ordinária do plenário do Conselho Municipal de Políticas Sobre Drogas e
Álcool do Município de São Paulo - COMUDA.
Data: 06 de fevereiro de 2023, das 14h às 17h.**

Local: Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania
Rua Líbero Badaró, 119 - Centro (Auditório)

LISTA DE PRESENÇA

Conselheiros presentes

	Nome/E-mail	Instituição
1	Alcione Moreno	Fundação Porta Aberta
2	Cecilia Galicio	CONED
3	Marcos Muniz de Souza	CRP-SP
4	Ricardo Iasi Moura	SGM
5	Márcia Matsushita	SME
6	Danilo Polverini Locatelli	NEPSIS
7	Marcos Paulo	CONED
8	Isabela Lemos	CPD/SMDHC
9	Carolina Salado	Crefito 3 - Secretaria Executiva
10	Maria Luiza Gama	CDH - Câmara dos Vereadores

Conselheiros ausentes (com justificativa)

1		
2		
3		
4		
5		

6		
7		
8		
9		
10		
11		

Conselheiros ausentes (sem justificativa)

	Nome/E-mail	Instituição
1		
2		
3		
4		
5		
6		

Demais presentes

	Nome/E-mail	Instituição
1	Marcos - Usuário	CAPS AD Mooca
2	Patricia - Enfermeira	CAPS AD Mooca
3	Isabella - Terapeuta Ocupacional	CAPS AD Mooca
4	Lívia - Terapeuta Ocupacional	CAPS AD Mooca
5	Júnior - Usuário	Fundação Porta Aberta
6	Gabriel	SEPE/SGM
7	Dayane - Assistente Social	CAPS AD Brasilândia
8	Guilherme - Psicólogo	CAPS IJ III Santana
9	Yliah - Advogada	Centro de Referência da Criança e do Adolescente em Situação de Rua e na Rua
10	Lidia - Advogada	Projeto TTT

	Nome/E-mail	Instituição
11	William - Educador Social	Fundação Porta Aberta
12	Suy - Assistente Social	Fundação Porta Aberta
13	Vinicius	DPS/SMDHC
9	Maria Angélica Comis	Gabinete Deputado Eduardo Suplicy
11	Eric	CDH - Câmara dos Vereadores
12	Fernada Ribeiro	CPD/SMDHC

ABERTURA

INFORMES

PAUTAS

- **Relatório Final - 8ª COMPAD**
- **GT - Comunicação**
- **Pesquisa Fundação Porta Aberta**

DISCUSSÃO

1 ABERTURA

O presidente do Conselho **Marcos Muniz** abre a reunião. Em seguida, iniciou-se uma roda de apresentações, em que todos os presentes disseram seus nomes e as instituições que representam. A lista de presença está disponível no início deste documento.

2 INFORMES

Márcia, conselheira pela Secretaria Municipal de Saúde, menciona que, com base nos dados epidemiológicos, foi solicitado um trabalho mais específico com gestores, professores e estudantes nessas áreas, em coordenação com o Redenção. Informa que a Claudia, da Secretaria

Estadual de Saúde, forneceu informações sobre essa situação, e Nathan, da Assessoria da Ciência da Prevenção, foi responsável pela criação de materiais e pela organização desse trabalho em cinco territórios específicos: São Matheus, Itaquera, Guaianazes, São Miguel e Penha. O trabalho está programado para começar após o carnaval. Inicialmente, será com os gestores, e posteriormente, envolverá gestores e professores, para que possam abordar a questão com as crianças e adolescentes. Márcia também informa sobre uma colaboração entre várias entidades, incluindo a Secretaria de Governo, Educação e Saúde, em conjunto com a SENAD (Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas), para trazer para o município de São Paulo programas como o TAMU JUNTO e o ELUS. O Secretário Ortega menciona que este será um esforço que abrangerá toda a rede, envolvendo 652 unidades. Menciona que nos anos de 2024, 2025 e 2026 haverá uma transferência total de tecnologia relacionada a esses programas. Ela planeja apresentar o programa formalmente assim que estiver mais consolidado, incluindo detalhes sobre quando será implementado na cidade. Finaliza destacando que este esforço envolverá os servidores das áreas de saúde e educação.

Marcos, Presidente do COMUDA, pergunta a Márcia, que perspectiva a Secretaria Municipal de Educação pretende fazer esse trabalho de prevenção nos territórios com maior incidência de intoxicação por drogas k?

Márcia responde que a abordagem preventiva da Secretaria Municipal de Educação, concentra-se em programas que fortaleçam as habilidades de vida e socioemocionais dos alunos. Ela explica que durante uma conversa com o Secretário Ortega e Thiago Bezerra do Programa Redenção, foi discutido que focar apenas nas áreas com maior incidência de usuários de drogas em situação de rua pode ser como "enxugar gelo", ou seja, não resolveria o problema de forma eficaz. Márcia destaca a importância de iniciar a educação preventiva por volta dos seis ou sete anos. Ela menciona que o programa ELOS é projetado para trabalhar com crianças a partir dos sete anos, enquanto a Associação da Saúde Emocional da Criança e do Adolescente tem outros programas, como a educação entre pares, destinados aos alunos do oitavo e nono anos, e o TAMU JUNTO. Márcia aponta para uma questão importante: a dificuldade de acesso às famílias que já estão dentro de programas federais, contemplados pelo programa Família Solo. Enfatiza a importância do papel dos gestores escolares, destaca que não basta apenas fornecer formação para os professores; é essencial garantir que os gestores também tenham uma compreensão cuidadosa e sensível, diferente do pessoal da saúde que já tem toda uma metodologia e abordagem. Comunica que o Secretário Ortega solicitou assistência do Programa Saúde na Escola, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde, para fortalecer os esforços de prevenção e promoção da saúde emocional nas escolas. Ela menciona que há parcerias estabelecidas entre essas entidades. Além disso, Márcia destaca que o Secretário Ortega pediu a participação dos servidores das Unidades Básicas de Saúde (UBS) e do Centro de Atenção Psicossocial Infantojuvenil (CAPS IJ) nesses esforços. Diz que essa solicitação foi feita após uma reunião realizada hoje no Serviço Social do Comércio (SESC), onde essas estratégias foram discutidas.

Marcos traz à discussão a pauta do Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas (COMUDA), especificamente sobre o Centro de Atenção Psicossocial Infantojuvenil (CAPS IJ). Ele comenta que houve uma discussão extensa sobre o assunto, destacando a importância desse recurso para atingir a totalidade das crianças que mais necessitam de políticas públicas, ou seja, aquelas em situações de maior vulnerabilidade. Marcos expressa que a educação desempenha um papel fundamental na transformação social. Enfatiza a importância da retomada de programas como o TAMU JUNTO e o ELOS, que ele considera metodologias muito bem-sucedidas na abordagem das questões relacionadas ao álcool e às drogas. Ele parabeniza a Secretaria da Educação por estar tão engajada nessas pautas e reconhece o valor de seu comprometimento com a promoção da saúde mental e a prevenção do uso de substâncias entre os jovens.

Márcia complementa a discussão ao mencionar o programa Rodas e Redes, uma assessoria que conta com a participação de um formador do Ministério da Saúde chamado Nathan. Diz que este programa ajudou a construir um material que consiste em uma metodologia para facilitar rodas de conversa. Márcia explica que esse material foi validado ao longo de dois anos, e agora, no terceiro ano, foi finalmente aprovado pela área técnica da saúde mental. Ela informa que a primeira versão impressa deste material estará disponível no final do mês e ela gostaria de apresentá-lo. Além disso, menciona que a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP) utilizará esse material, e Santo Amaro já está trabalhando com ele, pois foi usado como piloto. Agora, o material será implementado nos cinco territórios mencionados anteriormente. Márcia destaca que essa é uma estratégia para envolver os adolescentes, e que também é uma conversa que eles têm com as Unidades Básicas de Saúde (UBS). Ela expressa sua confiança na eficácia da educação entre pares como uma abordagem para alcançar os jovens e abordar questões relacionadas à saúde mental e ao uso de drogas. Márcia responde a um questionamento (áudio inaudível) sobre as limitações de contratação na Secretaria, explicando que há restrições quanto ao tempo de contratação de funcionários, geralmente limitado a dois anos. Ela menciona que o contrato dele (Nathan) termina em 02 de abril, mas estão empenhados em garantir que essa pessoa seja designada como supervisor do programa TAMU JUNTO pela SENAD. Além disso, Márcia menciona que também estão planejando solicitar a essa pessoa que supervisione o programa Rodas e Redes. Comunica que está solicitando colaboração e planejando discutir com o Thiago e o secretário Ortega a possibilidade de contratá-lo como supervisor. Diz que comentaram com o Marcos sobre um curso de prevenção que realizaram, que durou seis dias. Descreve o curso como um programa maravilhoso que está sendo traduzido para o português e está na fase final desse processo. Também menciona que está previsto que o curso seja disponibilizado em março.

Lidia, advogada do Programa Teto, Trabalho e Tratamento (TTT), questiona quem representa o executivo.

Marcos responde que o executivo está sendo representado por alguns conselheiros e algumas secretarias, como educação, governo e direitos humanos.

Lidia responde que irá se direcionar especificamente para o pessoal do governo. Explica o que é o TTT e menciona que realizam atividades culturais no local, especificamente às quintas-feiras, onde as pessoas que frequentam o local participam de maneira alegre, cantando e mostrando seus talentos. No entanto, expressa dificuldades em acessar o local sem enfrentar abordagens policiais. Menciona que a saída do local é ainda mais problemática, já que é necessário ter uma "carteirinha", sugerindo que há um processo burocrático para sair do local. Destaca que os agentes policiais que atuam na região têm dificuldade em entender que os usuários também fazem parte do projeto. Lidia traz algumas denúncias sérias relacionadas à situação na região da Cracolândia. Ela começa apontando a dificuldade de entrar e sair do local, indicando uma barreira para a realização de atividades e programas de assistência. A denúncia mais grave que ela traz é um incidente testemunhado na semana passada, onde cinco guardas estavam sufocando um usuário na frente dela. Ela descreve como durante um ensaio do "bloco landia", várias viaturas e homens fortemente armados apareceram na região, realizando triagem e prendendo aqueles que tinham dívidas judiciais. Um usuário que se exaltou foi praticamente sufocado por cinco guardas. Informa que não conseguiu gravar as imagens devido a sua localização. Finaliza pedindo que levem adiante essa denúncia do que acontece na cracolândia.

Marcos agradece a denúncia apresentada por Lídia e expressa o interesse em saber mais sobre a situação dos comerciantes e moradores na região da Cracolândia. Ele menciona que faz dois meses que não visita o território e está buscando atualizações sobre a situação nesse aspecto.

Lidia responde que os comerciantes e moradores estão tomando medidas drásticas, como a elaboração de petições para internações compulsórias ou para a revogação do livramento condicional. Ela menciona que essas petições estão sendo incluídas nos autos de execução de pena. Diz que a situação na região está se tornando cada vez mais tensa e difícil devido à percepção dos comerciantes e moradores sobre os usuários de drogas como ofensores da área. Lídia relata que está sendo desafiador estabelecer diálogo com eles, inclusive com os moradores, que desejam transitar pela região. Ela destaca que ninguém está romantizando a situação da Cracolândia, indicando uma compreensão realista da gravidade dos desafios enfrentados na área. Comunica que a Matuzza, representante do É de Lei, fez uma denúncia na Câmara, inclusive contra os moradores da região, pois as pessoas estão sendo hostilizadas. Diz que há um reconhecimento da necessidade de uma mediação empática do lado dos usuários de drogas na região da Cracolândia. Enfatiza projetos que foque na alfabetização e na ocupação.

Marcos pergunta se alguém do governo quer fazer alguma manifestação diante da fala da Lídia.

Ricardo Moura, conselheiro representante da Secretaria de Governo, não tem nenhum comentário ou resposta específica a dar em relação ao que foi discutido, mas ele expressa gratidão pela contribuição e fala apresentada por Lídia. Diz que reconhece a importância das informações e pontos levantados por Lídia durante a discussão. Ele indica que anotou todos os pontos e que levará essas informações para o Secretário Ortega analisar.

Lidia responde que está aberta para o diálogo, enfatizando a importância de evitar a criminalização, especialmente de movimentos que estão ativos na região da Cracolândia. Destaca

a necessidade de manter um diálogo aberto e construtivo, pois os usuários também têm lugar de fala e necessidade de falar.

Marcos complementa que não há política pública que se construa sem a base.

Cecilia Galicio, vice presidente do COMUDA, informa que foi discutido durante o CONED (Conselho Estadual de Políticas sobre Drogas) a realização de uma reunião extraordinária no final de janeiro, com duração de dois dias, para planejar as atividades do conselho para os anos de 2024 e 2025. Dentro desse planejamento, houve a reativação de um grupo denominado Fortalece COMADS, que é um grupo de trabalho dentro do Conselho Estadual de Políticas sobre Drogas. Informa, ainda, que esse grupo terá como objetivo inicial fazer um levantamento de todos os Conselhos Municipais de Políticas sobre Drogas no estado de São Paulo. Destaca que existem 645 municípios em São Paulo, mas no levantamento anterior foi identificado apenas 101 conselhos municipais atuantes, o que é considerado muito pouco em comparação com o total de municípios. Ressalta a importância do mapeamento dos conselhos municipais de políticas sobre drogas, destacando que esse trabalho é fundamental para entender a estrutura e a cobertura desses conselhos em todo o estado de São Paulo. Enfatiza que os conselhos desempenham um papel crucial na abordagem dos problemas relacionados ao uso de drogas e saúde mental em nível local. Além disso, é reiterada a importância dos conselhos municipais, pois, apesar de ser um problema nacional, a questão está presente no território da cidade de São Paulo. Isso significa que as soluções para esses problemas, idealmente, devem surgir ou pelo menos serem influenciadas pela atuação dos municípios. Ressalta a distância entre o Conselho de Políticas sobre Drogas e a implementação efetiva das políticas relacionadas às drogas. Destaca a importância do fortalecimento dos conselhos municipais de políticas sobre drogas, argumentando que o fortalecimento desses conselhos de participação social é fundamental para promover a democracia e a participação da sociedade civil na elaboração e fiscalização das políticas públicas. Cecília defende a ideia de fortalecer a participação social e a colaboração entre os poderes executivo e legislativo na elaboração e implementação de políticas públicas. Acredita que é fundamental que haja um compromisso mútuo dentro do governo. Comenta que houve uma conferência municipal com uma participação significativa da população, na qual foram identificadas e apresentadas políticas públicas relacionadas ao álcool e outras drogas. No entanto, parece que houve uma falha na comunicação sobre a implementação de iniciativas como o ELOS e TAMU JUNTO pela Secretaria de Educação em parceria com a SENAD, pois essa informação não foi compartilhada com o conselho. Questiona sobre o Conselho Municipal de Políticas de Drogas, diante do acordo entre a Prefeitura de São Paulo, representada pelo Secretário Ortega, e a SENAD (Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas). Enfatiza a importância dos conselheiros em prestar atenção às indicações da população antes de fazer qualquer tipo de proposta, além disso, após os informes, diz que irão discutir o impacto da conferência e como irão construir uma ponte entre os gestores públicos e a voz do povo. Pontua que o papel da sociedade civil é fundamental na promoção de uma participação social efetiva e na observação das propostas que surgiram na conferência. Cecilia finaliza que o Grupo de Trabalho tem como

objetivo fortalecer os COMADS (Conselhos Municipais de Políticas sobre Drogas), especialmente porque os outros municípios não possuem conselhos tão ativos e relevantes quanto o COMUDA (Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas).

Maria Angélica, representante do Deputado Estadual Eduardo Suplicy, discute a reintrodução do programa ELOS e TAMU JUNTO mencionando que, em anos anteriores, esses programas foram considerados eficazes, com muitas avaliações positivas. No entanto, ela também ressalta que houve períodos, incluindo sob certos governos federais, em que o TAMU JUNTO recebeu avaliações negativas. Reconhece o empenho e dedicação de Márcia, assim como de Nathan, na busca por aprofundar o entendimento dessas questões. Parabeniza Márcia e Nathan pelo trabalho dedicado e competência técnica.

Márcia destaca um momento específico em 2012, quando representantes do Ministério da Saúde apresentaram o programa ELLUS e TAMU JUNTO durante uma reunião do COMUDA. Ela menciona que, por vários motivos, essa apresentação resultou em uma avaliação catastrófica por parte dos participantes. Em seguida, ela descreve uma situação em que os professores, após solicitarem ao secretário a disponibilização de turmas para o programa, se manifestaram durante o curso, expressando insatisfação, pois nada tinha a ver com o TAMU JUNTO, abandonando o curso na sequência. Comenta sobre uma experiência recente em Brasília, onde o secretário foi taxativo em pedir a adoção do antigo TAMU JUNTO.

Maria Angélica faz menção ao período em que João Doria designou a Guarda Civil Metropolitana como responsável pela prevenção no município.

Márcia fala sobre a aceitação do programa pelos pequenos, porque se assemelha a uma roda de conversa. Cita o envolvimento do pessoal do COMUDA na melhoria do material do programa. Lamenta que a Guarda Civil Metropolitana e a Segurança Urbana não tenham recursos para ampliar as equipes que trabalham com a prevenção ao uso de drogas.

Marcos parabeniza Márcia pelo maravilhoso trabalho que vem desenvolvendo. Dá ênfase na fala de Angélica sobre o acompanhamento histórico de Márcia nas discussões, pois destaca o seu compromisso e a sua dedicação.

Márcia recorda que a primeira conversa que teve com o SENAD foi em maio de 2023.

Após os informes, Marcos segue para as pautas.

2 PAUTAS

Marcos dá início às pautas a seguir:

2.1 - GT de Comunicação

Marcos fala da proposta para a constituição de um grupo de trabalho voltado para a divulgação do COMUDA, com foco nas redes sociais, como Instagram e menciona o CAPS AD Santana como um exemplo de referência na rede. Marcos fala sobre a falta de reunião para fornecer uma devolutiva e que um dos motivos foi por conta de um compromisso que teve fora de São Paulo. Além disso, faz menção ao Grupo de Trabalho (GT) composto pelos conselheiros Guilherme, Dayane, Alessandro e Rafael (CAPS AD Santana) sob a coordenação executiva. Marcos fala sobre a importância de alinhar a linguagem de comunicação com a Secretaria de Direitos Humanos e aproveita e pede para que o pessoal do CAPS de Santana compartilhe com todos as experiências das redes sociais.

Yliah, trabalhadora do CRCA, comenta sobre a facilidade proporcionada pelo CRCA por ter uma equipe de comunicação contratada. Fala que a ideia é publicar o que eles têm pesquisado e produzido, bem como manter informes práticos sobre o funcionamento dos serviços. Além disso, diz que muitos adolescentes entram em contato com eles através do Instagram.

Caps IJ Santana que a página está ativa há pouco mais de um ano e tem sido utilizada para divulgar os eventos que acontecem no território como os informes do COMUDA.

Marcos pergunta se tem participação de usuários?

Caps IJ Santana responde que na formulação da página, acredita que não, porém tem as divulgações dos usuários.

Isabela, Caps AD Mooca pergunta se são os próprios trabalhadores que administram?

Caps IJ Santana responde que quando a página se iniciou, estava no AD, porém, atualmente está no IJ de Santana. Acredita que esteja mais na produção dos trabalhadores.

Isabela comenta que precisa obter autorização da SPDM (Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina) para usar o tablet do equipamento. Comenta que inclusive já tem um material produzido, porém as questões burocráticas ainda são obstáculos. Questiona se no Caps IJ Santana foi preciso obter alguma autorização.

Caps IJ Santana acredita que a página seja “clandestina”.

Isabela acredita que hoje em dia é a forma mais viável de comunicação, porém, existem algumas burocracias.

Marcos pontua que a questão levantada por Isabela é muito pertinente, pois destaca a complexidade das relações e parcerias entre diferentes entidades e organizações, além das questões relacionadas a território, Organizações Sociais (OS), secretarias e coordenadorias que podem influenciar significativamente. Sugere para que o Grupo de Trabalho (GT) de

comunicação pense em propostas que possam se tornar diretrizes, diante da colocação feita pela Isabela.

Isabela pontua que a divulgação da COMPAD, pessoas que não estavam envolvidas diretamente, só souberam através do instagram, reforçando ainda mais a importância da comunicação.

Carolina pergunta se eles receberam pelo CAPS essa notificação.

Isabela responde que receberam, porém teve CAPS que não receberam diretamente pela gerência no e-mail. Questiona se isso é uma postura política.

Cecília fala sobre a importância da participação social que é fundamental e deve ser considerada como uma prioridade. Enfatiza a origem da necessidade do grupo de comunicação e do Instagram a partir das reuniões do COMUDA e convida todos a considerarem o envolvimento do departamento de participação social. Cecília comenta sobre os limites da atuação individual em uma pauta tão importante e relevante. Reitera sobre o desejo de fazer, enquanto conselheiros e coordenação executiva, mas reforça que precisam pensar em como irão envolver o departamento de participação social nesse trabalho. Enfatiza a falta de recursos para a execução do trabalho.

Marcos fala sobre a falta de representação do DPS (Departamento de Participação Social) na última reunião. Concorda com a Cecília, mas sugere demandar a participação do DPS.

Maria Angélica recorda que quando esteve na coordenação executiva do COMUDA, não havia a possibilidade do DPS, porém, acredita que o quanto envolver o DPS pode “empacar” algo que quiserem comunicar, por conta das regras estabelecidas no DPS.

Isabella, conselheira representante da Secretaria dos Direitos Humanos, fala que a colocação da Angélica é muito relevante, pois o envolvimento do governo, representado pelo DPS, significa que um departamento do governo irá cuidar da página do COMUDA. Comenta que questionou a Bárbara sobre a existência de outros departamentos do conselho que tenham páginas no Instagram e a mesma disse que existem, porém na mesma linha do CAPS.

Vinicius, representante do DPS, esclarece e reforça a responsabilidade dos próprios conselhos na gestão de suas redes sociais. Em relação à assessoria de comunicação, diz que não existe previsão de cuidados com redes sociais. Informa que isso não está previsto e acredita que até do que se tem hoje desenhado, seja no DPS ou na assessoria de comunicação, de mão de obra, quantidade de pessoas, acredita que não seria possível viabilizar por esse lado. Enfatiza que se houver uma rede social do conselho, esta será de inteira responsabilidade do conselho de cuidar e fazer a sua manutenção contínua.

Marcos agradece Vinicius pelos esclarecimentos e passa a palavra para Malu.

Malu pontua que este ano é ano eleitoral e que existem umas séries de restrições relacionadas à comunicação e acredita que um envolvimento mais direto da Secretaria de Direitos Humanos dificultaria o propósito de comunicar o que o conselho está fazendo de uma forma simples, prática e rápida.

Marcos acredita que a discussão deu elementos muito importantes para o GT.

Marcos, usuário do CAPS conta sua experiência e como o tem ajudado.

Marcos agradece e reforça a importância do CAPS. Pergunta se tem mais alguém que gostaria de participar do GT. **Ana, Eliá e Isabela** aceitam participar. Marcos comunica que vai incluí-las no grupo de whatsapp.

2.2 Relatório Final

Marcos diz que houve um processo de apresentação de propostas no plenário, que foram posteriormente aprovadas. Em seguida, houve discussões sobre o processo de finalização do relatório final, que tinha um prazo original até o dia 10, mas foi prorrogado até o dia 19 para permitir que a comissão organizadora fizesse seus apontamentos. Esses apontamentos foram feitos por Alcione, Regiane e a coordenação executiva. Comenta que a próxima etapa parece ser a verificação da data de lançamento do relatório final, que está prevista para meados de março. Além disso, será necessário verificar questões como o local do lançamento e os procedimentos para a entrega do relatório final, em conjunto com a coordenação de políticas sobre drogas.

Isabella traz uma questão importante relacionada aos apontamentos feitos. Ela pontua que em algumas pré-conferências, as propostas foram elaboradas e estão documentadas no relatório. No entanto, em outras pré-conferências, não houve propostas formalmente apresentadas. Isabella questiona a comissão organizadora como que irão garantir que o trabalho realizado durante a pré-conferência seja adequadamente reconhecido no relatório, mesmo que não tenha resultado em propostas formais?

Cecília fala sobre os desafios enfrentados pela relatoria durante as conferências, especialmente em relação à coleta de manifestações dos participantes e que durante a conferência final houve uma votação e adesão das pessoas presentes em relação ao que seria passado adiante. Diz que pelo o que leu no relatório, as propostas que foram aprovadas estão em forma de proposta.

Isabella diz que está falando das pré-conferências.

Cecilia esclarece o propósito das propostas das pré-conferências. Ela explica que essas propostas têm o objetivo de capturar as manifestações de todos os territórios envolvidos para chegar a um denominador comum na cidade inteira. Diz que talvez a solução seja deixar no relatório somente como ela se performou como proposta e acredita que não há nenhum prejuízo no relatório pois de qualquer modo é o que construíram, ou seja, uma fotografia da vontade popular.

Isabella contesta dizendo que não é uma proposta e nem uma manifestação e considera como essas contribuições podem ser abordadas de forma adequada.

Marcos pergunta quantas pré-conferências estão no relatório?

Isabella responde “umas três”.

Alcione acredita que as manifestações das pessoas devem ser apresentadas no relatório da forma como foram expressas durante as pré-conferências.

Marcos diz que há concordância geral e a sua opinião é a mesma, sugere a inclusão de um apontamento na introdução do relatório. Fala para a Isabella que as manifestações das pessoas

possam servir como parâmetro para o próprio território, especialmente no contexto do diagnóstico territorial. Pergunta se já podem pensar na divulgação e lançamento.

Isabella responde que após o apontamento e concordância em relação ao relatório, o próximo passo é enviar o documento para a impressão, com um prazo máximo até a próxima semana.

Alcione complementa sobre o prazo de impressão.

Marcos pergunta a Isabella se eles irão conseguir mudar os gráficos?

Isabella responde (áudio inaudível).

Marcos agradece e indica que será necessário aguardar o retorno para finalizar o processo e que provavelmente em março haverá o lançamento.

Malu propõe a realização de um evento de lançamento do relatório da conferência na Câmara Municipal pela comissão de direitos humanos. Diz que conversando com a Angélica, pensaram em fazer uma reunião extraordinária do GT e da cracolândia para a apresentação do relatório.

Marcos concorda e acredita que é o papel do COMUDA de levar o instrumento que foi constituído ao longo do processo de todas as etapas da conferência. Marcos sugere que o assunto seja discutido tanto no GTI (Grupo de Trabalho Interministerial) quanto no CDH (Conselho de Direitos Humanos). Além disso, menciona as alterações na Lei 17.089, especificamente no artigo relacionado ao COMUDA, como uma das atribuições do Conselho.

Após o debate das pautas, o Presidente do COMUDA **Marcos Muniz** encerra a reunião.